

A psicologia no Brasil: Teoria e pesquisa

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

2



 **Atena**
Editora
Ano 2022

A psicologia no
Brasil:
Teoria e pesquisa

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

2



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A psicologia no Brasil: teoria e pesquisa 2

Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P974 A psicologia no Brasil: teoria e pesquisa 2 / Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-967-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.674220702>

1. Psicologia. I. Ferreira, Ezequiel Martins (Organizador). II. Título.

CDD 150

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea *A psicologia no Brasil: Teoria e pesquisa*, reúne neste volume dezoito artigos que abordam algumas das possibilidades metodológicas do saber psicológico.

A Psicologia enquanto campo teórico-metodológico traz em suas raízes tanto a especulação filosófica sobre a consciência, a investigação psicanalítica do inconsciente, quanto a prática dos efeitos terapêuticos da medicina e em especial da fisiologia.

E, desse ponto de partida se expande a uma infinidade de novas abordagens da consciência humana, creditando ou não algum poder para o inconsciente como plano de fundo.

A presente coletânea trata de algumas dessas abordagens em suas elaborações mais atuais como podemos ver nos primeiros capítulos em que se tratam do inconsciente em suas relações com os corpos, as contribuições socioeducativas entre outros olhares para o que é abarcado pelo psiquismo humano.

Em seguida temos alguns temas situacionais de nossa realidade imediata quanto aos efeitos psicológicos do isolamento social e o medo da morte.

Uma boa leitura!

Ezequiel Martins Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

CARNAVALIZAÇÃO BAKHTINIANA E “O AUTO DA COMPADECIDA”: A COMICIDADE COMO DENÚNCIA SOCIAL E RESISTÊNCIA POLÍTICA

Larissa de Souza Ferraz

Alice Oliveira Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742207021>

CAPÍTULO 2..... 14


FEMINISMO DECOLONIAL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA NA BASE DE DADOS SCOPUS

Lucas da Costa Souza

Milena Rafaela Souza Silva

Carla Gabrielle Galvão Melo

Eleci Teresinha Dias da Silva


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742207022>

CAPÍTULO 3..... 26

RESGATAR E TRANSFORMAR: UM GRITO DE SOLTURA QUE ECOA NO BRASIL

Alanna Beatriz de Paula Alves

Juliana Santos Graciani

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742207023>

CAPÍTULO 4..... 35

NECROPOLÍTICA NO ESTADO BRASILEIRO: QUEM DEVE VIVER?

Maíry Aparecida Pereira Soares Ribeiro


Ondina Pena Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742207024>

CAPÍTULO 5..... 42

O DIREITO A RESPIRAR DA POPULAÇÃO BRASILEIRA


Hugo Gabriel de Souza Vaz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742207025>

CAPÍTULO 6..... 50

A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: REFLEXOS DA PANDEMIA

Alessandra Chaves da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742207026>


CAPÍTULO 7..... 62

IMPACTOS DA PANDEMIA NA SAÚDE EMOCIONAL DE UNIVERSITÁRIOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRA

Emily Lemes Moisés

Maura Fernandes Sernichiario


Fernando Faleiros de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742207027>

CAPÍTULO 8..... 74

ADOLESCÊNCIA E VIVÊNCIA DO VAZIO EXISTENCIAL EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL

Anna Julia Fontana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742207028>


CAPÍTULO 9..... 89

AS INTERVENÇÕES SOCIAIS EXTERNAS AO QUILOMBO E O IMPACTO DESTA NA AUTOESTIMA DA MULHER AFRODESCENDENTE

Mariane Rodrigues Duarte

Fabricao Malaquias Pereira

Gabriela Buchli


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742207029>

CAPÍTULO 10..... 111

LAZER COM REFUGIADOS NA CIDADE DE SÃO PAULO (SOCIALIZAÇÃO EM UMA NOVA ETAPA DA VIDA)

Bárbara Cardoso da Costa Santos

Madalena Pedroso Aulicino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67422070210>

CAPÍTULO 11..... 122

ENVELHE (SENDO) EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS

Nathália dos Santos Dutra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67422070211>

CAPÍTULO 12..... 138

PRÁTICAS DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Marcos Alexandre Alves

Josiane Fernandes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67422070212>

CAPÍTULO 13..... 151

MOVIMENTOS E COLETIVOS DA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE ENQUANTO AGENTES DE TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Bianca Rocha Fiuza Sátiro

Maria Vanessa de Souza Araújo

Nara Raysa de Souza

André de Lima Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67422070213>


CAPÍTULO 14..... 156

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE POLICIAIS MILITARES: REFLEXÕES

PSICOSSOCIAIS A PARTIR DE CONTEXTOS EDUCACIONAIS E DE TRABALHO

Maria de Fátima Quintal de Freitas

Dênis Wellington Viana


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67422070214>

CAPÍTULO 15..... 174

ITINERÁRIOS DA EXPERIÊNCIA RELIGIOSA E A FAMÍLIA DE USUÁRIOS DE UM CAPS DE BELÉM: CONTRIBUIÇÕES DA FENOMENOLOGIA

Renata Raiol Magalhães

Lucivaldo da Silva Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67422070215>

CAPÍTULO 16..... 185

ANÁLISE DA PERSONALIDADE DE UMA EQUIPE DE CONTABILIDADE: UM ESTUDO PELO TESTE PALOGRÁFICO

Camila Espíndula da Silva

Bianca De Bem Lucas

Edinara Bellini Taetti

Josemara dos Santos Rodrigues


Suélen Rocha Centena Pizarro

Andreia Quadros Rosa

Lenise Alvares Collares

Stefânia Martins Teixeira Torma

Suzana Catanio dos Santos Nardi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67422070216>

CAPÍTULO 17..... 196

EPIDEMIOLOGIA OU INDÚSTRIA DE AUTISMO? ANÁLISE DOS EFEITOS PROVOCADOS PELA MUDANÇA NO DSM-V E A BUSCA DE PRÁTICAS TERAPÊUTICAS PARA A “CURA DO AUTISMO”

Alcione do Socorro Andrade Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67422070217>


CAPÍTULO 18..... 208

O QUE PREDIZ O ENVOLVIMENTO PARENTAL NAS ATIVIDADES ESCOLARES?

Myrian Machado de Paula Silveira

Vinícius Junio Goes da Silva

Leonardo Vasconcellos Munayer

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67422070218>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 216

ÍNDICE REMISSIVO..... 217

CAPÍTULO 12

PRÁTICAS DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Data de aceite: 01/02/2022

Marcos Alexandre Alves

Acadêmico de Graduação do Curso de Psicologia do Centro Universitário Sudoeste Paulista - (UNIFSP)

Josiane Fernandes

Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Sudoeste Paulista - (UNIFSP)

RESUMO: Em território nacional, o contexto prisional tem se mostrado um grande problema. Historicamente, marcado por coercitividade e punição, as prisões foram sendo modificadas em busca de cuidados humanizados e ressocialização dos encarcerados. Ainda que, com modificações, o viés estruturante se mantém com negligência e violência em relação aos prisioneiros. Destacam-se as falhas, as quais proporcionam a piora do sistema conforme o passar dos anos e, com isso, a manutenção de estigmas sociais e marginalização dos povos. Em meio a este cenário, buscam-se formas de superação de sua concretude histórica com a elaboração do conceito de Reintegração Social. Este conceito possibilita o cuidado de forma ampla e multidisciplinar para com o indivíduo encarcerado e sua família, a fim de viabilizar a reinserção deste em sociedade e mercado de trabalho, melhores condições de vida e diminuição da reincidência em instituições prisionais. Porém, há autores que comentam a inviabilização da reintegração social na forma atual do sistema prisional. Neste sentido, uma revisão sistemática de literatura foi

elaborada com o objetivo de investigar práticas positivas efetivadas nas prisões brasileiras, que demonstrem a implementação da reintegração social. A pesquisa ocorreu por meio das bases de dados Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), PubMed, Pepsic (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), Index Psi, Scielo (*Scientific Electronic Library Online*), PBI-USP (Portal de Buscas Integradas da Universidade de São Paulo) e REDIB (Rede Ibero-Americana) com o esquema de palavras: (*Penitentiary Or Prisoners*) And (*Intervention Or Education Or Reintegration Or Recovery Or Strategies*). A partir disso, 18 artigos foram encontrados com uma variabilidade de áreas aplicadas no contexto prisional. No entanto, o pequeno número de resultados demonstra um grande déficit de intervenções dentro do sistema penitenciário brasileiro, bem como a reintegração social como meta idealizada e inviabilizada de ser alcançada em totalidade no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema prisional. Reintegração Social. Intervenção. Prisões.

PRACTICES OF SOCIAL REINTEGRATION IN BRAZIL: A SYSTEMATIC REVIEW

ABSTRACT: In national territory, the prison context has been a big problem. Historically, marked by coercivity and punishment, prisons have been changing in search of humanized care and resocialization of inmates. Even so, with modifications, the structuring bias remains with negligence and violence in relation to prisoners. It highlights the flaws in which the system worsens over the years and, with that, the maintenance

of social stigmas and the marginalization of peoples. In the midst of this scenario, ways are sought to overcome its historical concreteness with the elaboration of the concept of Social Reintegration. This concept makes it possible to provide comprehensive and multidisciplinary care to the incarcerated individual and to the family, in order to enable the reinsertion of this subject in society and in the labor market, better living conditions and a reduction in recidivism in prison institutions. However, there are authors who comment on the impossibility of social reintegration in the way the prison system is doing. In this sense, a systematic literature review was prepared with the aim of investigating the positive practices carried out in Brazilian prisons that show the implementation of social reintegration. The research took place through the databases Lilacs (Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences), PubMed, Pepsic (Electronic Journals in Psychology), Index Psi, Scielo (Scientific Electronic Library Online), PBI-USP (Portal of Integrated Research of the University of São Paulo) and REDIB (Ibero-American Network) with the word scheme: (Penitentiary Or Prisoners) And (Intervention Or Education Or Reintegration Or Recovery Or Strategies). From this, 18 articles were found with a variability of areas applied in the prison context. However, the small number of results demonstrates a great deficit of interventions in the Brazilian penitentiary system, as well as social reintegration as an idealized and unfeasible goal to be fully achieved in Brazil.

KEYWORDS: Prison system. Social Reintegration. Intervention. Prisons.

1 | INTRODUÇÃO

Um olhar crítico ao sistema prisional se faz necessário em nossa realidade. Desde sua gênese, configurações foram ocorrendo e sendo relacionadas às formas de coerção. Historicamente, o sistema prisional surge como forma de punir e conter todos os indivíduos que extrapolam as normas e regras sociais (MUELLER, 2014). Anteriormente, durante séculos, eram prevalentes os métodos de coerção e até a morte. Houve uma configuração, de forma idealizada, voltada à ressocialização no século XVI, porém sem efetividade (PINHEIRO; GAMA, 2016). No século XVIII, modificações ocorreram provenientes da Revolução Industrial e das práticas capitalistas, o que justificou um papel também idealizado de cuidados mais humanizados através da privação de liberdade (LEMOS; MAZZILLI; KLERING, 1998; PINHEIRO; GAMA, 2016).

Vale ressaltar que a adesão às instituições penais na América Latina se iniciou diferentemente dos países norte-americanos e europeus (PINHEIRO; GAMA, 2016). Somente a partir do século XIX são abandonadas, em sua maioria, as práticas de execução para a construção de instituições de privação de liberdade e ressocialização (PINHEIRO; GAMA, 2016).

Com a estruturação dos sistemas de privação de liberdade, modificações culturais começam a existir, assim as instituições penais passaram a atuar em um papel social maniqueísta, separando as pessoas “boas” das “más”; estas estariam em tratamento para sua ressocialização (KARAM, 2011). Nesse sentido, segundo Karam (2011), constituiu-se na população encarcerada uma estigmatização, uma amplificação das desigualdades

sociais e a culpabilização do sujeito, recortando a colaboração social da construção de criminosos e dificultando qualquer benefício que pudesse existir dentro das prisões.

Segundo Silva (2012), a constituição institucional das prisões foi aplicada de forma fracassada, refletindo problemáticas da sociedade extramuros e não demonstrando eficácia na segurança pública. Para o autor, os cuidados dentro deste contexto são pautados pelas práticas de exploração e coercitividade, mas camufladas pelo pensamento ressocializador e humanista (SILVA, 2012).

Dentre as muitas problemáticas existentes dentro do contexto prisional, destaca-se o alto número de encarcerados no Brasil. Atualmente, de acordo com o site do Departamento Penitenciário Nacional (2020) e com a World Prison Brief (2021), o Brasil contabiliza 811.707 pessoas presas entre homens e mulheres, sendo a capacidade total das instituições penais de 455.283 vagas. As plataformas apontam que os dados foram atualizados pela última vez em 31 de dezembro de 2020, no entanto, a quantidade de instituições penais não foi divulgada na mesma data, sendo contabilizadas 2.608 instituições prisionais até 2019 (WPB, 2021).

Devido ao fracasso do projeto de encarceramento, buscou-se uma superação da ressocialização idealizada, não se pensando no tempo e no espaço em que os indivíduos cumpririam sua pena, mas em como isso seria procedido (BARATTA, 2004). Segundo o referido autor, a superação ocorreria através do conceito de reintegração social, que abarca o olhar dos direitos humanos, com acesso "(...) à educação, ao trabalho e à assistência social, e desenvolver cada vez mais essas possibilidades na esfera do legislativo e da administração penitenciária." (p. 3); assim em conjunto ao rompimento de estigmas sociais para uma interação mais direta entre prisão e sociedade.

Estudos realizados por profissionais da Secretaria Administrativa Penitenciária (2009) do Estado de São Paulo, proporcionaram a confecção de um manual que descreve estratégias interventivas relacionadas à Reintegração Social, subdivididas de acordo com as especificidades estruturais de regimes e sentenças. Tais estratégias se mostram como ideal de execução para o melhor processo de saúde psicossocial dos indivíduos em privação de liberdade.

O material descreve como práticas de reintegração social um conjunto de atividades que abrange a pessoa presa contextualizada, os grupos familiares, a instituição intramuros, de forma multidisciplinar, e instituições extramuros (SAP, 2009). Destarte, as atividades individuais e grupais impactam na modificação de perspectiva e promoção de saúde mental. Essas atividades podem ser realizadas por meio de projetos interventivos de áreas multidisciplinares, ações continuadas, atendimentos psicológicos e sociais, além de proporcionar acesso à educação e trabalho (SAP, 2009).

De acordo com Pompeu e Dias (2015), a reintegração e ressocialização se faz necessária para a diminuição da reincidência e, também, é dada com um direito do indivíduo privado de liberdade. No entanto, sua efetividade se mostra fracassada ao se deparar

com um sistema estruturado na exclusão social e desigualdade, ou seja, a reintegração tal como é proposta “(...) não pode ser alcançada por meio de uma instituição como a prisão” (POMPEU; DIAS, 2015; p.98). Assim, para as autoras, mais uma vez as instituições não auxiliam na configuração dos déficits e fatores negativos gerados pela sociedade, mas sim atuam como mantenedoras da criminalidade.

Mesmo com dificuldades, a compreensão das práticas de reintegração social se faz necessária para uma melhor instrumentalização nesse contexto deficitário. O contexto prisional vem acompanhado de mãos dadas com a exclusão social desde seus primórdios, dificultando uma modificação estrutural e ideológica com relação aos sujeitos que estão submetidos à penalização. No entanto, investigar métodos positivos que apontam resultados otimistas em meio à defasagem do sistema prisional, pode ajudar em sua replicabilidade, bem como em estruturar novos instrumentos para a mesma finalidade. Desta forma, com a execução da reintegração social é possível propiciar a ressignificação de vida dos sujeitos deste contexto.

Portanto, com este estudo, espera-se identificar as práticas de reintegração que vêm sendo efetivadas no contexto prisional brasileiro. Concomitante à coleta, a pesquisa pode favorecer a apresentação das áreas de conhecimento que estão atuando na promoção da atenção ao indivíduo encarcerado e, ainda, proporcionar questionamentos e reflexões sobre a realidade penitenciária no Brasil.

2 | MÉTODO

A pesquisa foi elaborada de forma a investigar, por meio de revisão sistemática de literatura, estudos pautados em intervenções dentro do contexto prisional brasileiro. A revisão sistemática, de acordo com Atallah e Castro (1997), é um instrumento positivo na coleta de dados de áreas diversas, principalmente na área da saúde. Para eles, este instrumento possibilita a síntese de informações que validam e viabilizam tomadas de decisões mais eficazes, principalmente em intervenções.

Desta maneira a busca foi realizada tendo em vista artigos que estivessem de acordo com a temática da pesquisa, sendo estudos realizados em território brasileiro e em língua portuguesa. Estes artigos precisariam se caracterizar como experimentais e estudos in loco, com período de 2011 até 2021.

A filtragem dos artigos foi feita por meio da leitura dos títulos e dos resumos. Foram excluídos os materiais que se mostraram retidos, em língua estrangeira e duplicados. Dos artigos selecionados para leitura na íntegra, que inicialmente ocorreu por uma leitura dinâmica e depois uma leitura crítica, foi feita a filtragem de acordo com o tema.

Para a coleta dos artigos, foram utilizados os indexadores eletrônicos Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), PubMed, Pepsic (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), Index Psi, Scielo (Scientific Electronic Library

Online), PBI-USP (Portal de Buscas Integradas da Universidade de São Paulo) e REDIB (Rede Ibero-Americana). No acesso à PBI-USP e à REDIB, os resultados foram refinados na pesquisa pelas classificações “Artigos” e “Língua Portuguesa”.

A coleta de dados nas plataformas foi realizada utilizando as palavras-chave em inglês para uma maior amostragem de dados e foram subdivididas em dois conjuntos: 1) *Penitentiary* (Penitenciária) e *Prisoners* (Prisioneiros); 2) *Intervention* (Intervenção), *Education* (Educação), *Reintegration* (Reintegração), *Recovery* (Recuperação) e *Strategies* (Estratégias). Cada agrupamento de palavras-chaves foi pesquisado entre parênteses com a presença da palavra *OR* (Ou) e entre ambos os grupos foi feita a adição da palavra *AND* (E), para que fosse possível uma ampliação do escopo da pesquisa. Nesse sentido, o esquema de palavras foi (*Penitentiary Or Prisoners*) And (*Intervention Or Education Or Reintegration Or Recovery Or Strategies*).

Em sua análise, foi realizada a leitura dos artigos coletados para a sua descrição e, posteriormente, feita a discussão com embasamento teórico.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da aplicação do método, foram alcançados 550 artigos. No processo de exclusão e inclusão, do todo foram descartados 532 artigos. O processo de exclusão ocorreu por meio do título (n=373), por resumo (n=71), retidos (n=7), duplicados (n=31) e por idioma (n=10), assim como demonstra a Figura 1. Foram coletados 59 artigos para leitura dinâmica na íntegra, os quais foram filtrados pelo tema/ tipo de pesquisa (n=34). Assim, resultaram 24 artigos para uma segunda leitura, que foi realizada de forma crítica, culminando em 18 artigos para a composição final desta pesquisa.

Processo de coleta de dados obtidos para compor a pesquisa, sendo considerados a identificação, seleção, elegibilidade e inclusão dos dados:

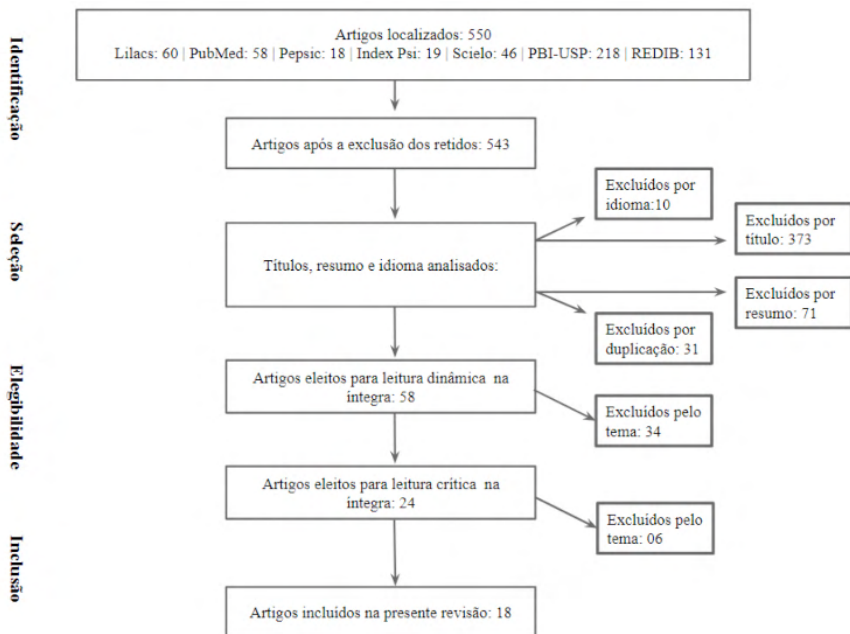


Figura 1 - Na ilustração acima, está sendo demonstrado o processo de coleta, inclusão e exclusão de artigos na qual se baseia a pesquisa. Todo o processo foi subdividido em quatro categorias, sendo: 1) a identificação dos artigos, contendo a quantidade total dos materiais encontrados pela pesquisa; 2) a seleção dos materiais, demonstrando os critérios de exclusão, como o idioma, título, resumo e duplicação; 3) a elegibilidade na qual já se encontram os artigos utilizados como leitura na íntegra e, por fim; 4) a inclusão, que se baseia nos resultados finais dos materiais utilizados nesta pesquisa.

Dentre os materiais resultantes, foi possível observar uma variabilidade de áreas aplicadas ao contexto prisional na promoção da reintegração social. As áreas são: educação (n= 04), saúde (n= 02), psicologia (n= 06), trabalho (n= 02), terapia ocupacional (n= 01) e artes cênicas (n= 03), tal como ilustra a Figura 2, no gráfico de resultados.

Gráfico estatístico de apresentação das intervenções de acordo com as áreas de conhecimento:

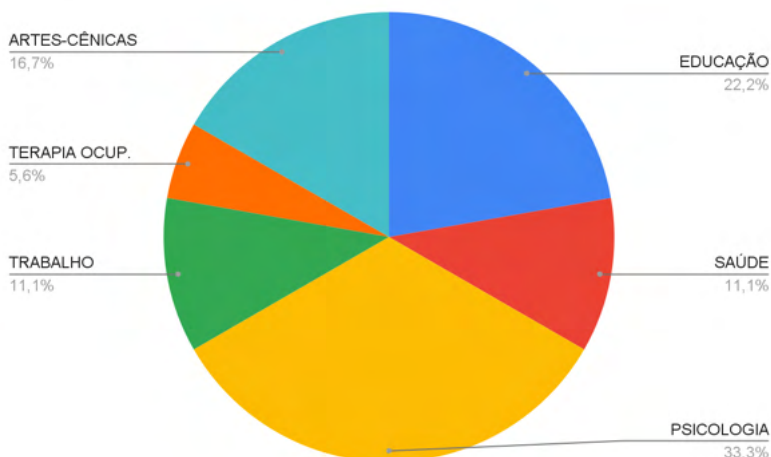


Figura 2 - Resultados estatísticos definidos por área do conhecimento em um gráfico formato pizza. Nele estão sendo apresentadas as áreas de terapia ocupacional (5,6%), saúde (11,1%), trabalho (11,1%), artes cênicas (16,7%), educação (22,2%) e psicologia (33,3%).

Cada pesquisa se mostrou única em seu aspecto prático, mesmo em suas devidas áreas de estudos e seus campos de conhecimento e viés teórico. Dentre os resultados obtidos no recorte metodológico desta pesquisa, destaca-se intervenções proporcionadas pela Psicologia. No entanto, com o grande número de pessoas encarceradas no país, ainda está distante de ser uma prática que privilegie o sistema prisional brasileiro.

Por vista disso, comparativamente, é importante observar que num país que possui 2.608 instituições penais se mostra preocupante o número de 18 estudos intervencionais proporcionados dentro do contexto prisional nos últimos 10 anos, o que corresponde a aproximadamente 0,69% da totalidade de estabelecimentos privilegiados pela reintegração social, de acordo com este recorte metodológico. Ressaltam-se também déficits demonstrados nas instituições com base do Departamento Penitenciário Nacional (2020), pois dentro das estruturas penais brasileiras, encontram-se 372 estabelecimentos sem módulos de saúde; 458 estabelecimentos sem módulos para atividades de ensino e educação; 802 estabelecimentos sem módulos para oficinas profissionalizantes, trabalho remunerado ou artesanatos; 666 estabelecimentos sem locais específicos para visitação social; 373 unidades sem espaço para atendimento sociais; e 425 estabelecimentos sem espaço para atendimento psicológico. Desta forma, demonstra-se inviável a aplicação de práticas de reintegração nas prisões e sua idealização como meta inalcançável (BARATTA, 2004; POMPEU; DIAS, 2015; DEPEN, 2020; WPB, 2021).

Ainda assim, embora rara, considerando a totalidade dos materiais coletados, é observável a interdisciplinaridade em que a reintegração social pode ser proporcionada quando aplicada nos locais que possuem estrutura para seu desenvolvimento (BARATTA,

2004; SAP, 2009).

Nestes estudos, as práticas que se destacam são: diálogo individual, discussão e coleta das narrativas de uma penitenciária do Ceará, com embasamento teórico da Psicologia Ambiental (ALBUQUERQUE; CAVALCANTE; FERREIRA, 2020); atendimento e acolhimento semanal com familiares dos encarcerados em uma penitenciária de Porto Alegre (ALTENBERND; BARCINSKI; LERMEN, 2015); projeto em grupo com discussão de temas e tarefas com viés da Terapia Cognitivo-Comportamental em Natal (AMORIM-GAUDÊNCIO et al., 2017); encontros com grupos de conversação de temas diversificados, orientados através da perspectiva psicanalítica em Ribeirão Preto (RODRIGUES; KYRILLOS NETO; ROSÁRIO, 2019); discussão e entrevistas individuais com viés psicanalítico junto a egressos em Uberlândia (SANTOS; SILVA, 2017); e encontros grupais para atividades sociodramáticas em uma penitenciária de Minas Gerais (CARDOSO; CAMPOS, 2016).

As práticas psicológicas se fazem imprescindíveis dentro de um contexto no qual, em teoria, deveria serem proporcionadas a reinserção, ressocialização e reintegração dos sujeitos encarcerados, tal como a educação, trabalho, saúde, artes e outras áreas do conhecimento (BARATTA, 2004).

No campo da educação, foi possível localizar os seguintes dados: leitura e debates em grupos sobre literatura, vinculados ao projeto de leituras para remissão em uma unidade prisional do estado do Paraná (LIMA; MELO, 2015); grupo coordenado por atuantes da área da psicologia, proporcionando leituras e ensino complementar em áreas diversificadas, em uma unidade prisional do Porto Alegre (CAMARGO; ROSA, 2019); programa de leitura e remissão por meio de resumos e resenhas dos livros, no estado do Paraná (FARIA; OLIVEIRA, 2016); e utilização de novo modelo educacional à distância com aplicação de provas presenciais concomitante com cursos profissionalizantes, em uma unidade prisional de Rondônia (ARAÚJO; LEITE, 2013).

Na perspectiva do cuidado ressignificador das populações vulneráveis dentro e fora do sistema carcerário, a saúde vem proporcionando atividades positivas, como: conversação e entrevista com familiares de mulheres presas sobre acesso à saúde, no Distrito Federal (PEREIRA, 2016); e encontros temáticos sobre à saúde e uso de substâncias psicoativas com encarcerados que fazem uso de psicotrópicos, no Espírito Santo (FREITAS; CALIMAN, 2017). Destaca-se que a reintegração social deve ser ampla e pensada nas especificidades das populações, sobretudo as marginalizadas (KARAM, 2011). Desta maneira, a atuação aplicada nesse recorte populacional deve ser para além dos encarcerados, mas também às famílias e comunidades que estão próximas deste sujeito incluso no sistema prisional, assim como é apresentado no manual da Secretaria Administrativa Penitenciária do estado de São Paulo (2009).

Estar reintegrado na sociedade também diz respeito a ser incluído nos diversos espaços sociais. Nestes espaços, o campo do trabalho permeia a sociedade como um todo e é um elemento importante na promoção deste indivíduo enquanto ser social. Com isso,

foram encontrados estudos que proporcionaram encontros para discussões e palestras de forma transdisciplinar, mas com foco da reinserção de egressas no mercado de trabalho, em Presidente Prudente (BETINI; SOUZA, 2011) e acompanhamento de egressos do sistema prisional num programa de reintegração do estado de Minas Gerais (BARBALHO; BARROS, 2014).

Nestes estudos, é possível analisar que as práticas voltadas ao trabalho devem ser organizadas e propiciadas para o sujeito fora da instituição e, não somente, dentro das prisões como instrumento de remissão. Poucos estudos foram localizados demonstrando a viabilização da inserção do indivíduo no mercado de trabalho extramuros, mas os encontrados deixam explícita a importância e necessidade desse olhar, bem como apontam Baratta (2004), Secretaria Administrativa Penitenciária (2009) e Pompeu e Dias (2015).

Das propostas incluídas como instrumento de reintegração, foi localizado um estudo com práticas de artes cênicas e terapia ocupacional: no Rio de Janeiro, detentos atuaram em um teatro que foi apresentado para os trabalhadores do sistema prisional (ROCHA, 2020); experiência teatral com mulheres detentas em uma unidade prisional, no Rio Grande do Sul (STÜRMER et al., 2020); oficinas de teatro em uma penitenciária, no Distrito Federal (RODRIGUES, 2020); e encontros com grupo de detentos, pautados nas práticas da terapia ocupacional, em Maceió (BEZERRA; SANTOS, 2017).

As intervenções proporcionadas no âmbito da educação, artes e terapia ocupacional também se incluem, de forma inegável, na multidisciplinaridade da proposta de reintegração social (BARATTA, 2004; SAP, 2009). Tais instrumentos, nomeado por Bezerra e Santos (2017) como tecnologias de intervenção, proporcionam a superação de entraves sistêmicos apontados pela coercitividade e punição existentes na história constitutiva do sistema prisional (SILVA, 2012; MUELLER, 2014).

Ressalta-se que, para além das dificuldades intramuros existentes decorrentes das estratégias interventivas, a reintegração social pode romper com os estigmas e preconceitos construídos nas sociedades (BARATTA, 2004; KARAM, 2011). Com isso, o foco dos estudos explorados pelos autores Altenbernd, Barcinski e Lermen (2015), Pereira (2016), Betini e Souza, (2011), Barbalho e Barros (2014) e Rocha (2020) demonstram que as práticas devem criar pontes com as comunidades que estão fora do sistema prisional.

Somente com atividades pautadas em ajudar o sujeito, o modelo falso de ressocialização apontado por Silva (2012) e o fracasso de prisões apontado por Pinheiro e Gama (2016) e Pompeu e Dias (2015) podem ser superados, proporcionando a desestigmatização, rotulação e vulnerabilização da população dentro do sistema carcerário brasileiro (BARATTA, 2004).

Ainda assim, as estratégias de reintegração se mostram pouco exploradas ou pouco estudadas no contexto brasileiro. Ao observar o pequeno número de resultados obtidos por este recorte metodológico, fica claro o quão distante o sistema prisional está de ser um ambiente socializador e reeducador. Esta observação concorda com os apontamentos

de Pompeu e Dias (2015), pois o ambiente carcerário, tal como é, torna-se inviável para aplicação da proposta de reintegração social em sua totalidade.

Com isso, é compreensível que as práticas interventivas se mostrem por iniciativa terceirizada, ou seja, por organizações não-governamentais e universidades. Destarte, como aponta Baratta (2004), a proposta de reintegração ainda é um projeto idealizado e que está sendo negligenciado pelo próprio Estado. A negligência reafirma as críticas de Silva (2012), demonstrando que a proposta humanizada de reintegração está permeada de punitividade e coerção.

Contudo, neste cenário crítico e deficitário, as poucas práticas de reintegração que foram implementadas se mostraram positivas para proporcionar a reinserção do sujeito em sociedade extramuros, viabilizar a crítica e pensamento dos encarcerados e familiares, bem como auxiliar no enfrentamento aos estigmas sociais que passaram a vivenciar (BETINI; SOUZA, 2011; ARAÚJO; LEITE, 2013; BARBALHO; BARROS, 2014; ALTENBERND; BARCINSKI; LERMEN, 2015; LIMA; MELO, 2015; FARIA; OLIVEIRA, 2016; PEREIRA, 2016; CARDOSO; CAMPOS, 2016; FREITAS; CALIMAN, 2017; SANTOS; SILVA, 2017; AMORIM-GAUDÊNCIO et al., 2017; RODRIGUES; KYRILLOS NETO; ROSÁRIO, 2019; CAMARGO; ROSA, 2019; ALBUQUERQUE; CAVALCANTE; FERREIRA, 2020; ROCHA, 2020; STÜRMER et al., 2020; RODRIGUES, 2020). Mesmo com déficits, as tecnologias interventivas têm seu valor e necessitam de sua amplificação nesta realidade e em nível nacional.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema prisional se estruturou em uma perspectiva de correção moral com base na coerção e punição. Ao longo dos séculos, novas perspectivas vêm sendo elaboradas, mas a concretude das prisões se mantém na mudança de conduta do sujeito de forma negativa. Este modelo mantém a culpabilização do sujeito, o estigma deste nas sociedades extramuros e na marginalização das populações mais vulneráveis socialmente.

Em meio a este cenário, foi construído e pensado um conceito que pudesse superar a perspectiva negativa da relação indivíduo-prisão-sociedade. Neste conceito, a reintegração social abarca intervenções multidisciplinares com o sujeito e grupos encarcerados, bem como os familiares e comunidades com que este possui alguma relação. Em sua proposta ideal, ela possibilitaria a reinserção deste sujeito no mercado de trabalho, a ressignificação de sua história e vida, possibilitaria melhores condições dentro do cárcere e poderia diminuir o número de reincidência da população que esteve dentro do sistema prisional.

No entanto, ressalta-se que há autores que expõem ser inviável a reintegração dentro das prisões, atualmente, pela forma de como ela é administrada e procedida. Ainda assim, práticas são necessárias, pois olhar para a população encarcerada se faz de extrema importância.

Neste sentido, esta pesquisa propôs analisar em nível nacional a efetividade das práticas de reintegração social. Como resultados, foram obtidos 18 artigos, o que demonstrou se tratar de estudos espalhados em diversos estados, com atividades diferenciadas em áreas multidisciplinares. Porém, reconhecendo que o Brasil está em terceiro lugar com maior número de pessoas encarceradas no mundo, totalizando 811.707 pessoas presas em 2.608 instituições prisionais, somente 18 estudos escancaram os déficits na propiciação da reintegração social no país. Este dado também demonstra sobre como se está distante de modificações na realidade brasileira com relação ao cárcere e na marginalização das populações.

Acrescenta-se, o déficit na atenção dos meios acadêmicos, estatais e não-governamentais. O estudo, com tal recorde metodológico, apresentou a existência de 0,69% de intervenções procedidas na realidade prisional e da totalidade de estabelecimentos em território nacional. Com isso, fica sinalizada a negligência e marginalização existente para com a população encarcerada e seus familiares, também em espaços críticos como as academias e em espaços de execução de direitos, como o Estado e Políticas Públicas.

Desta maneira, conclui-se a necessidade de fomentar uma ampliação desta discussão nos espaços acadêmicos para produção de conhecimento e técnicas que possam ser implementadas no sistema prisional, assim como buscar maior atuação das organizações não-governamentais e do próprio Estado com Políticas Públicas eficazes e efetivas nesta realidade do sistema prisional brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, N. G. C.; CAVALCANTE, S.; FERREIRA, K. P. M. Percepções e afetos na prisão: análise de narrativas de presos e agentes penitenciários. **Rev. Psicologia & Sociedade**, v. 32. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/jTtzBqTMsYq5CQmqqXYLFmw/?lang=pt#>

ALTENBERND, B.; BARCINSKI, M.; LERMEN, H. S. Integralidade e intersetorialidade nas práticas psicológicas: um relato de experiência. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 156, p. 390-408. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cb538pZWRBtdzx89J57gTDy/?lang=pt#>

AMORIM-GAUDENCIO, C.; CORREIA-DE-OLIVEIRA, K. G.; BRAZ, L. F. G.; FIGUEIREDO FILHO, V. N. Promoção de comportamentos proativos em reeducandos em processo de reintegração: Um relato de experiência. **Estud. psicol.**, v. 22, n. 2, p. 152-159. Natal, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2017000200004&lng=pt&nrm=iso

ARAÚJO, S. S.; LEITE, M. C. L. A assistência educacional no sistema penitenciário federal – A Penitenciária Federal em Porto Velho/RO. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 7, no. 1, p. 395-415. São Carlos, 2013. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/675/239>

ATALLAH, A. N.; CASTRO, A. A. Revisão Sistemática da Literatura e Metanálise: a melhor forma de evidência para tomada de decisão em saúde e a maneira mais rápida de atualização terapêutica. **Diagnóstico & Tratamento**, v. 2, n. 2, p. 12-15, 1997. Disponível em: http://centrocochranedobrasil.org.br/cms/apl/artigos/artigo_530.pdf

BARATTA, A. **Ressocialização ou Controle Social**: Uma abordagem crítica da "reintegração social" do sentenciado. Universidade de Saarland, R. F. A. Alemanha, 2004. Disponível em: <http://www.ceuma.br/portal/wp-content/uploads/2014/06/BIBLIOGRAFIA.pdf>

BARBALHO, L. A.; BARROS, V. A. Entre a cruz e a espada: a reintegração de egressos do sistema prisional a partir da política pública do governo de Minas Gerais. **Psicol. rev.**, v. 20, n. 3, p. 549-565. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682014000300009&lng=pt&nrm=iso

BETINI, G.; SOUZA, S. Z. S. A transdisciplinaridade como alternativa no processo de reintegração social. **Revista de Psicologia da UNESP**, 10(1), p. 184-194. 2011. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/579/536>

BEZERRA, W. C.; SANTOS, C. F. Tecnologias de intervenção em Terapia Ocupacional Social: reflexões a partir de uma oficina de produção de fanzine no contexto prisional. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.**, v.1(3), p. 414-426. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/10124/pdf>

CARDOSO, L. F. V.; CAMPOS, M. G. C. O sociodrama como metodologia de intervenção com condenados. **Rev. bras. psicodrama**, v. 24, n. 2, p. 69-79. São Paulo, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932016000200008&lng=pt&nrm=iso

CAMARGO, W. C.; ROSA, L. R. (Re)Pensando o Fazer Psi no Sistema Prisional: Relato de Experiência. **PSI UNISC**, v. 3(2), p. 156-171. Santa Cruz do Sul, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/334859528_RePensando_o_Fazer_Psi_no_Sistema_Prisional_Relato_de_Experiencia

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Online database. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/depem/pt-br/sisdepem/mais-informacoes/relatorios-infopen/brasil>

FARIA, M. L. C.; OLIVEIRA, V. B. M. A leitura no ambiente prisional. **Revista Travessias**, v. 10, n. 2, p. 399-413. Cascavel, 2016. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/14705>

FREITAS, M. M. B.; CALIMAN, L. V. A Saúde e o Psicotrópico no Sistema Prisional. **Rev. Polis Psique**, v. 7, n. 3, p. 61-83. Porto Alegre, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2017000300005&lng=pt&nrm=iso

KARAM, M. L. Psicologia e sistema prisional. **Revista Epos**, vol. 2 n° 2. Rio de Janeiro, dez. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2011000200006

LEMOS, A. M.; MAZZILLI, C.; KERING, L. R. Análise do trabalho prisional: um estudo exploratório. **Revista de Administração Contemporânea**, vol. 2, n° 3, p. 129-149. Curitiba, set./dez. 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65551998000300008&script=sci_arttext

LIMA, S. O.; MELO, H. F. Leitura literária e vivência criativa no espaço carcerário. **Via Atlântica**, n. 28, p. 293-309. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/98635/107104>

MUELLER, B. A Reintegração social do egresso do sistema prisional e o papel da psicologia: Estudo de caso. **Cadernos de Segurança Pública**, ano 6, nº 5. Rio Grande do Sul, jun. 2014. 10p. Disponível em: <http://www.isprevista.rj.gov.br/download/Rev20140603.pdf>

PEREIRA, É. L. Famílias de mulheres presas, promoção da saúde e acesso às políticas sociais no Distrito Federal, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 7, p. 2123-2134. 2016. Disponível em: <https://scielosp.org/article/csc/2016.v21n7/2123-2134/#>

PINHEIRO, L. F.; GAMA, T. da S. As Origens do Sistema Penitenciário Brasileiro: uma análise sociológica da história das prisões do Estado do Rio de Janeiro. **Sociedade Em Debate**, 22(2), p. 157-190. 2016. Disponível em: <https://www.rle.ucpel.tche.br/rsd/article/view/1438>

POMPEU, B. F.; DIAS, M. T. Reintegração Social Do Preso No Brasil. In: **Diálogo entre o Direito e Sociologia**. IDP, 1º Edição. Brasília, p. 87-100. 2015. Disponível em: https://repositorio.idp.edu.br/bitstream/123456789/1986/1/DI%C3%81LOGOS_ENTRE_DIREITO_E_SOCIOLOGIA.pdf#page=87

ROCHA, M. L. N. A dramaturgia da prisão em cena: um experimento teatral na Penitenciária Lemos Brito, no Rio de Janeiro. **Urdimento**, v. 3, n. 39. Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/18799/12425>

RODRIGUES, B. F.; KYRILLOS NETO, F.; ROSARIO, A. B. Método APAC: emergência do sujeito no discurso sobre a mulher. **Rev. SPAGESP**, v. 20, n. 1, p. 126-139. Ribeirão Preto, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702019000100010&lng=pt&nrm=iso

RODRIGUES, J. Educação e Teatro na Cadeia: Práticas pedagógicas realizadas no Sistema Penitenciário da Papuda/DF. **Urdimento**, v.3, n. 39. Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/18884/12591>

SANTOS, T. M.; SILVA, L. C. A. Os sujeitos egressos prisionais e o processo de (re)inserção social. **Psicol. rev.**, v. 23, n. 3, p. 975-993. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682017000300012&lng=pt&nrm=iso

SECRETARIA ADMINISTRATIVA PENITENCIÁRIA. **Manual de Ações em Reintegração Social**. Governo do Estado de São Paulo. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.reintegracaosocial.sp.gov.br/db/crsc-kyu/archives/fbd3a352708e47274c600760f28999c6.pdf>

SILVA, A. L. A. da. **Retribuição e história: para uma crítica do sistema penitenciário**. 2012. 232 f.: Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, Serviço Social, Recife-PE, 2012. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/10638/1/TESE%20UFPE.pdf>

STÜRMER, F. L.; MEIMES, L. A.; BARP, N. S.; LIMA, R. A.; SILVA, T. C. Outros territórios: relato de uma experiência teatral em penitenciárias femininas. **Urdimento**, v. 3, n. 39. Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/18860/12601>

WORLD PRISON BRIEF. Online database. 2021. Disponível em: <https://www.prisonstudies.org/>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abuso sexual 50, 54, 57, 58, 60, 61

Adolescentes 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 102, 108, 183

Auto da Compadecida 1, 2, 3, 4, 7, 8, 11, 12

Autoestima 89, 91, 92, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 110

B

Bibliometria 14, 16, 17, 19, 23, 24, 25

C

Carnavalização 1, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 12

Comicidade 1, 3, 4, 5, 7, 11, 12

Contextos externos 89, 107

COVID-19 35, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 55, 56, 59, 62, 63, 64, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 81, 83, 84, 85, 87, 161, 177

Cultura 2, 4, 5, 7, 12, 13, 35, 49, 57, 89, 90, 91, 102, 103, 107, 108, 109, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 130, 133, 158, 161, 192, 206, 216

D

Decolonial 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24

Deslocamento 68, 111, 117, 206

DSM-V 196, 197, 199, 203, 206

E

Educação formal 156, 171

Educação informal 156

Educação não formal 156

Envelhecimento 122, 124, 125, 132, 133, 136, 137

Equipe de contabilidade 185, 186, 187, 193

Espiritualidade 86, 174, 176, 183, 184

Estado 6, 15, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 53, 55, 57, 61, 62, 65, 66, 70, 72, 91, 93, 94, 116, 123, 124, 136, 140, 145, 146, 147, 148, 150, 153, 156, 160, 164, 168, 169, 177, 200, 202

F

Feminismo decolonial 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23

Fenomenologia 85, 174, 184

I

Identidade 5, 29, 91, 97, 102, 109, 117, 122, 127, 129, 131, 136, 151, 152, 153, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 178, 181, 182, 198, 207

Idosos 40, 65, 102, 108, 110, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137

Instituições de longa permanência 122, 123, 124, 125, 126, 129, 131, 134, 135, 136, 137

Intervenção 39, 42, 57, 107, 138, 142, 146, 149, 179, 212

Isolamento social 38, 39, 45, 54, 55, 56, 58, 59, 63, 65, 71, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 87, 88, 106, 126, 134

K

Kurt Lewin 26, 27, 28, 29, 31, 34

L

Lazer 36, 52, 57, 68, 76, 77, 81, 86, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 132, 136

Liderança 26, 31, 32, 185, 193

M

Manifestações 1, 5, 6, 7, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 34, 58, 91, 175

Moradia 36, 122, 123, 125, 135, 137, 164

Morte 35, 40, 44, 45, 46, 47, 51, 53, 64, 75, 82, 85, 100, 124, 129, 130, 137, 139

Mulher afrodescendente 89, 92, 97, 106, 107, 109

N

Necroliberalismo 42

Necropolítica 35, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 46, 48, 49

P

Pandemia 35, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 55, 56, 57, 59, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 161, 177, 193, 200, 214

Personalidade 29, 33, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195

Poder popular 26, 28

Práticas cotidianas 156, 170

Prisões 126, 130, 136, 138, 140, 144, 146, 147, 150

R

Refugiados 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121

Reintegração social 111, 114, 120, 138, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150

Religiosidade 152, 174, 176, 180, 182, 183, 184, 195

Resistência política 1

S

Saúde emocional 62, 63, 64, 65, 66, 70, 71, 72

Saúde mental 32, 33, 62, 64, 65, 66, 69, 71, 72, 73, 75, 81, 84, 85, 124, 137, 140, 174, 175, 176, 177, 181, 182, 183, 187, 211, 212

Segurança pública 46, 55, 140, 150, 156, 172

Sistema prisional 138, 139, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150

Soberania 15, 27, 35, 36, 37, 40, 47

Sociologia 12, 48, 150, 196, 197, 198, 207

T

Teste palográfico 185, 186, 187, 189, 190, 191, 193, 195

Transtorno do Espectro Autista (TEA) 196, 197, 199

U

Universitários 62, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 72, 73

V

Vazio existencial 74, 75, 76, 80, 83, 84, 86

Velhice 122, 123, 124, 130, 131, 132, 133, 134, 136

Vida 3, 6, 7, 8, 15, 27, 32, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 51, 53, 57, 63, 65, 66, 68, 71, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 95, 98, 102, 103, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 141, 147, 153, 156, 157, 159, 160, 162, 163, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 177, 187, 190, 194, 196, 197, 198, 201, 202, 208, 209, 213, 214

Violência contra crianças e adolescentes 50, 52, 53, 57, 59

Violência sexual infantil 50, 61

A psicologia no Brasil: Teoria e pesquisa

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

2



Atena
Editora
Ano 2022

A psicologia no Brasil: Teoria e pesquisa

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

2



Atena
Editora
Ano 2022